

A linguagem inclusiva de gênero nos dizeres de sujeitos não binários: reflexões à luz da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas

Gender-inclusive language in the words of non-binary subjects: reflections in the light of Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas

Laís Virginia Alves Medeiros
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
lais.v.medeiros@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3467-8066>

Luana Cristina Santos Marques
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
luana.csm@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-6942-0446>

RESUMO

Neste artigo, analisamos alguns dos saberes linguísticos produzidos por sujeitos não binários sobre a linguagem inclusiva de gênero. O texto inicia com uma revisão teórica sobre língua e sujeito sob uma perspectiva discursiva; na sequência, articulamos essa reflexão ao campo da História das Ideias Linguísticas, em especial com a noção de saberes linguísticos cotidianos (Ferreira, 2020). Por fim, apresentamos nossas análises, desenvolvidas a partir de respostas a um formulário sobre linguagem inclusiva de gênero, identificando diferentes reflexões metalinguísticas e imaginários sobre a língua. As considerações finais apontam para a importância de atentar para os saberes linguísticos cotidianos produzidos por não especialistas a respeito da linguagem inclusiva de gênero.

Palavras-chave: linguagem inclusiva de gênero; análise do discurso; história das ideias linguísticas; saberes linguísticos cotidianos; língua e sujeito.

ABSTRACT

In this article, we analyze some of the linguistic knowledge produced by non-binary subjects about gender-inclusive language. The text begins with a theoretical review of language and subject from a discursive perspective; Next, we articulate this reflection within the field of History of Linguistic Ideas, particularly focusing on the notion of everyday linguistic knowledge (Ferreira, 2020). Finally, we present our analyses,

developed from responses to a form on gender-inclusive language, identifying different metalinguistic reflections and imaginaries about language. Final considerations point to the importance of paying attention to everyday linguistic knowledge produced by non-specialists regarding gender-inclusive language.

Keywords: gender-inclusive language; discourse analysis; history of linguistic ideas; everyday language knowledge; language and subject

INTRODUÇÃO

Ainda que utilizada pelo menos desde os anos 2000 em ambientes informais, a linguagem inclusiva de gênero, linguagem não binária ou linguagem neutra¹ tem ensejado, mais do que nunca, debates acalorados sobre sua pertinência e circulação. Destacamos, a esse respeito, projetos de leis (PL) e normativas que visam a proibir sua circulação em ambientes educacionais – como o PL 198/2023² e PL 5198/2020³ –, em defesa de uma suposta pureza da língua e em respeito às regras gramaticais normativas. Ao mesmo tempo, a mobilização de palavras como “todes” em comunicações orais e escritas tem consolidado seu espaço dentre aqueles que sinalizam prezar pelo respeito à diversidade de gênero. Esses dois movimentos opostos dão indícios de que o debate não se limita à língua e às suas possíveis formas, mas toca em questões delicadas de nossa Formação Social⁴.

Em trabalhos anteriores, foi analisado como a linguagem inclusiva de gênero delineava diferentes posições numa Formação Discursiva Feminista (Medeiros, 2016) e como ela era compreendida e utilizada (ou não) em ambiente institucional (Marques, 2022). Embora separadas por programas e tempos distintos – 2016 e 2022 –, as autoras

¹ Embora seja bem conhecida nas mídias como “linguagem neutra”, optamos pela nomenclatura “linguagem inclusiva de gênero”, pois não reconhecemos qualquer “neutralidade” dessa linguagem e priorizamos essa nomenclatura por destacar a questão que a motiva: incluir gêneros que não sejam o masculino, compreendido como neutro, nas diferentes formas linguísticas.

² Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2346944>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

³ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2346944>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁴ Articulando Haroche *et al.* (2020 [1971]) a Maria Cristina Leandro Ferreira (2001), podemos definir Formação Social como um estado determinado pelo modo de produção dominante em um momento determinado da sua história, estado este que permite prever alguns dos efeitos de sentido possíveis. Seu funcionamento é determinado pela ideologia e pela luta de classes.

se interessaram pela linguagem inclusiva de gêneros pela motivação de entender quais são as relações possíveis entre língua e gênero. A reivindicação pela linguagem inclusiva de gênero conquistou visibilidade e espaço atendendo à demanda de mulheres que não eram nomeadas em seus referidos cargos profissionais e, atualmente, a população trans protagoniza esse movimento reivindicatório ao salientar a importância de pensar não apenas em formas de representar o feminino, mas também de representar a diversidade de gêneros possível, quando se pensa além da perspectiva cis-normativa e binária⁵ que divide os gêneros e os sexos biológicos em um único par: masculino e feminino.

Diante de dúvidas sobre a linguagem inclusiva de gênero e, principalmente, sobre quais pronomes usar para se referir a alguém, a convenção amplamente adotada nos ambientes LGBTQIA+ tem sido: pergunte à pessoa como ela quer ser tratada – essa ainda é a indicação majoritária quanto ao assunto. A partir disso, uma das autoras decidiu entender o que as pessoas não binárias⁶ estavam dizendo sobre o assunto; para tanto, organizou e fez circular um questionário dissertativo, cujas questões serão apresentadas no decorrer deste artigo. O questionário integrou a pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Representatividade das pessoas de gênero não binário no português brasileiro: invisibilidade social e não existência na língua”, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor doutor Angel Humberto Corbera Mori, e foi registrado no Conselho de Ética em Pesquisa sob o processo CAAE: 18869719.4.0000.8142. Nas respostas, foi possível identificar uma discussão permeada por uma ampla produção de reflexão metalinguística, em consonância com o que Ferreira (2020) discorre a respeito dos saberes linguísticos cotidianos.

O debate sobre a linguagem inclusiva de gênero costuma estar atrelado a questões de identidade de gênero: há sujeitos que não têm seus gêneros representados em signos linguísticos, portanto, propõem mudanças nas estruturas linguísticas para que estas passem a representá-los. Essa é uma síntese de um dos pensamentos que domina as discussões favoráveis à adoção da linguagem inclusiva de gênero e, nele, muitos sujeitos

⁵ Compreendemos cisnormatividade, na esteira de Vergueiro (2015, p. 61), como uma construção discursiva de "gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais", da qual faz parte a noção de binariedade - definida pela mesma autora (Vergueiro, 2015, p. 64) como a "ideia de que estes corpos, se 'normais', terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher".

⁶ Neste artigo, adotamos a compreensão de identidade de gênero não binária conforme sintetizada por Reis e Pinho (2016, p. 14): “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, agenericidade, outrogenericidade, fluidez em suas identificações”.

milитantes demonstram conhecimentos linguísticos elaborados, embora não sejam linguistas de formação. Da mesma forma, quando analisamos os movimentos contrários à linguagem inclusiva de gênero, eles também recuperam saberes linguísticos, sobretudo aqueles legitimados pela gramática normativa, ou seja, revisitam regras e definições gramaticais para contestar aquilo que defendem não ser previsto em gramáticas: a inclusão de outro gênero que não seja feminino ou masculino.

No presente artigo, nossa proposta é discutir como o debate sobre a linguagem inclusiva de gênero mobiliza conhecimentos linguísticos de pessoas não linguistas que defendem a representatividade de gêneros na língua e quais são os conhecimentos linguísticos legitimados e aceitos nesse cenário. Para tanto, trabalhamos no entremeio da Análise do Discurso de linha materialista, da qual mobilizamos noções como língua e sujeito para embasar nossa reflexão, e da História das Ideias Linguísticas, a partir da qual refletimos sobre os saberes linguísticos cotidianos (Ferreira, 2020) e a instrumentalização de diferentes formas linguísticas.

Nesse sentido, este artigo está dividido da seguinte forma: após esta introdução, apresentamos as noções de língua e de sujeito, conforme compreendidas pelos estudos discursivos e enunciativos. Essa reflexão é articulada às relações entre alguns pressupostos da Linguística e as propostas de linguagem inclusiva de gênero. Na sequência, discutimos a questão da linguagem inclusiva de gênero em relação com a língua portuguesa e com as reflexões teóricas da História das Ideias Linguísticas. Após isso, apresentamos recortes de reflexões sobre linguagem inclusiva produzidas por sujeitos não binários, obtidas através de formulário de pesquisa com respostas abertas/dissertativas, procurando observar como diferentes conhecimentos linguísticos e imaginários sobre língua atravessam os discursos produzidos a respeito do assunto por não especialistas. Por fim, elaboramos algumas considerações à guisa de uma provisória conclusão.

LÍNGUA E SUJEITO: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO FRENTE À LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

Desde Benveniste (2005, p. 285), compreendemos que a língua não é um instrumento do qual a humanidade tem a opção de fazer uso, mas, pelo contrário, é a

própria definição de humanidade: “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”. Ao analisar as formas pronominais nas línguas, Benveniste constata que a expressão da subjetividade está prevista no sistema da língua.

Diferentemente dos estudos enunciativos filiados ao autor, os estudos discursivos de linha materialista, filiados a Pêcheux, Orlandi e demais pesquisadores dessa linha teórica, trabalham com uma perspectiva de sujeito cuja relação com a língua (e com os sentidos) é necessariamente determinada pela ideologia e pelo inconsciente. A esse respeito, Pêcheux (2009, p. 161-162) teoriza sobre os esquecimentos nº 1 e nº 2:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Nesse sentido, a relação com a língua e os sentidos é mediada pela identificação do sujeito com uma dada formação discursiva, que determina “o que pode e deve ser dito”. Cada formação discursiva, desse modo, organiza um conjunto de saberes possíveis e interditados, dentre os quais o sujeito pode “selecionar” os elementos de seu discurso. Tal identificação não é voluntarista e não depende da escolha do sujeito, mas se dá pelo funcionamento constitutivo da Ideologia. Ainda que haja possibilidade de maior ou menor identificação do sujeito com os saberes de dada formação discursiva, podendo chegar mesmo a uma desidentificação, não há como estar *fora* de uma formação discursiva: a desidentificação com uma implica necessariamente a identificação com outra. Esse funcionamento, no entanto, escapa à consciência do sujeito, produzindo o efeito de evidência tanto do sujeito quanto dos sentidos.

Se não cabe ao sujeito a escolha da identificação com uma formação discursiva nem o controle dos seus sentidos, é pelo funcionamento do esquecimento nº 2 que vislumbramos alguma margem de escolha diante dos diferentes enunciados e formas linguísticas. Voltando nosso olhar sobre o objeto que investigamos aqui, a linguagem inclusiva de gênero, sugerimos que suas possibilidades linguísticas estão inscritas naquilo que “pode e deve ser dito” de dada formação discursiva, na qual há espaço para a

compreensão e o questionamento de diferentes identidades de gênero. No entanto, para além das identidades de gênero, é também sobre língua e conhecimento linguístico que se fala quando o assunto é linguagem inclusiva.

Uma vez que parte da linguagem inclusiva propõe a utilização de novas formas (é o caso dos neopronomes⁷), ou mesmo a utilização diferente de formas já existentes (como as propostas de mudanças sintáticas, enfatizando as formas femininas sobre as masculinas/neutras, ou mesmo utilizando substantivos cuja marcação de gênero não faz menção direta ao referente), recorremos a Pêcheux (2009) para refletir sobre a língua, por uma perspectiva discursiva, em sua relação com a linguagem inclusiva. O autor explica que:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses dados personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim como a base de processos discursivos diferenciados (Pêcheux, 2009, p. 81).

Nesse sentido, identificamos em algumas das propostas de linguagem inclusiva de gênero uma perspectiva de língua que se volta contra esse sistema, propondo alterações que marquem, para além dos processos discursivos diferenciados, uma língua revolucionária, tanto no campo do léxico quanto no campo da sintaxe. Uma das questões que a linguagem inclusiva coloca para quem pesquisa em análise do discurso é se as reflexões metalinguísticas produzidas por sujeitos que não se identificam com o binarismo do gênero gramatical ensejam um novo modo de compreender a língua. Até que ponto a base comum continua suficiente para o desenvolvimento de processos discursivos diferenciados? Sendo a língua constitutiva da subjetividade, cabe ao sujeito alterá-la de modo voluntarista? Compreendendo que, de acordo com o já mencionado esquecimento nº 1, não é possível ao sujeito escolher as palavras e os sentidos, sendo essa “escolha” desde sempre determinada pela interpelação ideológica, de que forma podemos compreender, discursivamente, as propostas de linguagem inclusiva, baseadas

⁷ Apesar de esta nomenclatura não se filiar diretamente a um referencial teórico específico, tendo sido utilizada amplamente em diferentes discussões teóricas sobre as diversas formas de linguagem inclusiva de gênero, podemos compreender os neopronomes como “uma proposta de pronome pessoal que transcenda o ‘ele’ ou ‘ela’” (Brevilheri *et al.*, 2022, p. 06), adotando formas como “ile” e “elu”, que passam a compor um novo sistema pronominal.

majoritariamente na escolha de formas ditas inclusivas em detrimento de formas ditas excludentes?

Uma vez que parte dessas propostas se desvia dos pressupostos consolidados pela gramática normativa, identificamos nessas alterações uma relação com a definição de resistência apresentada por Pêcheux, cuja materialidade pode estar marcada nas seguintes formas:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. (Pêcheux, 1990, p.17)

As propostas de linguagem inclusiva de gênero devem ser compreendidas como formas de “mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases” e de “deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras”. Quanto à primeira possibilidade, destacamos, de antemão, que, para a análise do discurso, o sentido sempre pode ser outro, desde que ancorado na materialidade linguística e nas condições sócio-históricas de produção. “Alterar o sentido das palavras e das frases”, desse modo, seria próprio do funcionamento da língua em uma perspectiva discursiva, visto que as palavras significam diferentemente para diferentes formações discursivas. Assim, palavras como “gênero”, “masculino”, “neutro”, “feminino”, para uma formação discursiva identificada com os feminismos e os direitos da população LGBTQIA+, assumem sentidos que não se restringem ao conhecimento gramatical, mas passam a dizer respeito também, de forma concomitante, às identidades de gênero dos referentes.

Quanto ao deslocamento das regras da sintaxe e à desestruturação do léxico, estes podem sintetizar o modo como, no Brasil, a linguagem inclusiva de gênero tem sido orientada e sistematizada. A título ilustrativo, apresentamos dois recortes do guia *Comunicação para todes, todas e todos*, publicado na Revista *AzMina*⁸.

⁸ A publicação na revista (disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/manual-para-comunicacao-neutra>. Acesso em: 3 jul. 2023) é um resumo do manual completo, organizado por estudantes de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB) e disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rzjgGNEoX2T0reV41unKCgD38ES8rDkU/view>. Acesso em: 03 jul. 2023.

R1: 4 – Substitua os pronomes pessoais “ela(s)” ou “ele(s)” pelo pronome neutro “elu(s)”:

Exemplos:

Ela bebeu muita água. → Elu bebeu muita água.

Os olhos dele são castanhos. → Os olhos delu são castanhos.

Aquela menina é linda. → Aquelu menino é linde.

Outras opções: elu, elus, delu, delus, nelu, nelus, aquele e aquelus.

R2: 8 – Use voz passiva, gerúndio e faça outras mudanças na estrutura das frases.

Exemplos:

Eu estou cansada disto. → Eu cansei disto.

Estou preocupado com isto. → Isto está me preocupando.

As orientações apresentadas nos recortes R1 e R2 recomendam alterações tanto dos aspectos lexicais, como o emprego de neopronomes, quanto dos aspectos sintáticos, como a utilização de diferentes vozes e modos verbais. Num primeiro movimento analítico, compreendemos as diferentes estratégias linguísticas propostas na construção da linguagem inclusiva de gênero como uma forma de jogar com as palavras, o que permite relacioná-las, inicialmente, ao já citado movimento de resistência definido por Pêcheux (1990). Ainda que o formato de manual que configura os recortes R1 e R2 sugira uma espécie de domínio sobre a língua, é importante compreender que os movimentos de resistência não são voluntaristas, funcionamento que analisaremos junto a Modesto (2016).

Ao elaborar a noção de resistência possível, Modesto (2016) descreve como esta não é uma resistência voluntarista, resultado da vontade individual de um sujeito consciente que decide resistir, mas um movimento que se dá na possibilidade de “resistir ao já-posto pelo próprio já-posto” (Modesto, 2016, p. 1091). Tal elaboração vem ao encontro da reflexão de Pêcheux (1990) sobre as ideologias dominadas não se desenvolverem à parte das ideologias dominantes, mas sob e contra elas. Aproximando essas reflexões ao nosso objeto de análise, compreendemos que questionar as estruturas binárias da língua não posiciona o sujeito num espaço isento dos efeitos produzidos pelos conhecimentos linguísticos legitimados e pela gramática normativa, nem altera voluntariamente sua relação constitutiva com a língua e com a ideologia.

A esse respeito, Glozman (2021) identifica que algumas das reflexões metalinguísticas em defesa da linguagem inclusiva de gênero, por mais que estejam filiadas a discursos progressistas, em defesa da diversidade sexual e de gênero, acabam reproduzindo prescrições que podem ser identificadas a uma filiação normativista, bem

como a uma concepção de língua idealista e tradicionalista. Para a autora, é importante que essa reflexão considere a materialidade da língua, e, assim, não perca de vista as noções de historicidade e de condições de produção diante desse importante debate.

Tais reflexões metalinguísticas podem ser compreendidas em articulação à História das Ideias Linguísticas, conforme procederemos na seção seguinte.

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E SABERES LINGUÍSTICOS COTIDIANOS

O campo da História das Ideias Linguísticas, tal como desenvolvido no Brasil, articula-se à Análise do Discurso ao pensar a historicidade do conhecimento linguístico, bem como suas relações com os aparelhos institucionais e seu atravessamento na constituição dos sujeitos. Para a análise que propomos aqui, interessa-nos especialmente a reflexão de Ferreira (2020, p. 324) sobre os saberes linguísticos cotidianos, compreendidos como “discursos sobre as línguas produzidos no contato/confronto com a alteridade linguística que fazem parte de nosso cotidiano”. A autora explica como esses saberes não têm um lugar próprio e podem ser produzidos por qualquer um, diferentemente dos saberes produzidos por especialistas, o que dialoga com a proposta de nossa análise, qual seja, a de analisar os saberes linguísticos sobre linguagem inclusiva de gênero produzidos por sujeitos autoidentificados como não binários e que não necessariamente têm formação teórica em ciências da linguagem.

Com vistas a elaborar nossa compreensão, filiada à Ferreira (2020), sobre saberes linguísticos cotidianos, recorreremos à teorização de Auroux (1992, p. 16) sobre o saber linguístico, definido como um saber que “é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante”, partindo do epilinguístico antes de se tornar metalinguístico. Por conhecimento epilinguístico, Auroux (1992) adota a definição de Culioli (1968): a de uma atividade metalinguística não consciente – saber sem saber que se sabe. É em situações de autocorreção, jogos de palavras, trocadilhos, entre outras, que se percebe esse conhecimento.

Auroux (1992) propõe que se pense a relação entre o epilinguístico e o metalinguístico como um *continuum*, já que o conhecimento inconsciente não se desfaz com o desenvolvimento do conhecimento consciente, sendo inclusive este último

relacionado, quando os fins didáticos necessitam, àquele primeiro: é pela menção às experiências epilinguísticas que se explicam aspectos gramaticais metalinguísticos. A escolarização formal tem relação com a apropriação de algumas nomenclaturas que permitam a passagem do conhecimento epilinguístico para o conhecimento metalinguístico - desenvolvendo assim uma reflexão que mobilize uma terminologia específica e uma maior consciência sobre o que se sabe – ,bem como com os lugares que determinadas reflexões linguísticas podem ocupar.

Nesse sentido, os saberes linguísticos cotidianos, quando produzidos por grupos politicamente marginalizados (ou seja, a quem o poder político, a representatividade e a sobrevivência têm sido tradicionalmente renegados), podem apresentar aos Estudos da Linguagem um material profícuo para a análise de como os saberes epilinguístico e metalinguístico se articulam às diferentes reflexões e demandas de cunho social. Dados objetivos como os altos índices de violência contra as mulheres e contra a população LGBTQIA+ vítimas de homens⁹, a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos, as oportunidades de emprego (in)acessíveis a certos grupos¹⁰, entre outras violências físicas e simbólicas que atravessam as vidas dos sujeitos politicamente minoritários, apontam para o funcionamento de uma ideologia dominante que perpetua desigualdades pautadas nas identidades de gênero¹¹.

O conhecimento científico, por sua vez, não está imune às condições de produção e à distribuição desigual de poder social, visto que é produzido por sujeitos também atravessados por e constituídos nas estruturas de poder. A título ilustrativo, até muito recentemente cientistas defendiam a superioridade de uma raça usando dados

⁹ Destacamos que a população trans tem expectativa de vida de 35 anos, enquanto a população cis tem 74,5 anos, segundo dados do Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoece-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹⁰ Salientamos que 90% da população trans tem ou já teve a prostituição como fonte de renda, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). A problemática é sabermos que nesse ambiente de trabalho majoritariamente não há condições dignas que garantam saúde, segurança e direitos trabalhistas às trabalhadoras. Disponível em: <<https://edicaodobrasil.com.br/2021/05/28/90-da-populacao-trans-no-brasil-tem-prostituicao-como-fonte-de-renda/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2090%25%20da,no%20mercado%20formal%20de%20trabalho>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹¹ O conceito de interseccionalidade, conforme definido por Crenshaw (2002), considera que a discriminação se estrutura em diferentes eixos (como classe, raça e gênero) que se interseccionam na produção da opressão. Para os limites e foco deste trabalho, enfatizamos a opressão de gênero, destacando que os efeitos dos demais eixos, embora pertinentes, ultrapassam nosso objetivo pontual.

“científicos”¹². Nesse sentido, compreendemos que toda produção de conhecimento é influenciada pelos grupos de poder e, em muitos momentos da história, esse saber foi reproduzido para justificar interesses hegemônicos.

Desse modo, voltamos nosso olhar para saberes sobre a língua em sua tensão com a ideologia dominante. De um ponto de vista estritamente gramatical, compreendemos que o uso do masculino como genérico pode ser explicado a partir das mudanças do latim para o português. De um outro ponto de vista, e considerando que a língua não se limita à gramática, compreendemos que essa regra pode produzir o efeito de sentido do masculino como padrão, silenciando ou subordinando as demais identidades de gênero.

Alguns instrumentos linguísticos, como o Manual para o uso não sexista da linguagem (Rio Grande do Sul, 2014) e o Dicionário Aurélia (Vip, Libi, 2006), são exemplos da elaboração de instrumentos linguísticos por grupos majoritariamente excluídos da produção desses saberes para reivindicar suas representações, definições e legitimidades nos usos da língua. Construir esses instrumentos exige e mobiliza muitos saberes linguísticos. No caso do Dicionário Aurélia, por exemplo, vemos a organização de saberes linguísticos cotidianos articulados por não linguistas na produção de um instrumento de gramatização do Pajubá.

Quanto à circulação da linguagem inclusiva de gênero, mencionamos a exposição de uma faixa de boas-vindas aos ingressantes da Universidade Estadual de Campinas, em 2019, que dizia: “sejam bem-vindes!”. O uso da linguagem inclusiva de gênero numa instituição de ensino renomada, considerando que tal uso não conta com o registro e a legitimação dos instrumentos linguísticos, motivou uma das pesquisadoras a se aprofundar nesse tema. Para isso, ela buscou conversar com pessoas não binárias sobre o uso da linguagem inclusiva e, para tanto, divulgou um formulário com sete questões acerca da relação e percepção sobre o fenômeno.

Nas respostas coletadas, é possível identificar como os sujeitos produzem saberes linguísticos cotidianos desde uma posição de não especialistas, apresentando inclusive gestos de didatização em diálogo com a pesquisadora (conforme os recortes R9 e R10, que apresentaremos posteriormente). Na próxima seção, analisaremos algumas das

¹² A esse respeito, consultar Munanga (2020), que explica, a partir da negritude, como discursos apoiados na biologia e na ecologia, com respaldo de teorizações científicas, serviram para legitimar a escravização e a colonização, fundamentando a inferiorização dos negros a partir de “justificativas científicas”.

respostas, considerando a reflexão metalinguística sob a perspectiva da Análise do Discurso em seu entrelaçamento com a História das Ideias Linguísticas.

REFLETINDO SOBRE A LÍNGUA: UM MOVIMENTO DE ANÁLISE

Os recortes que apresentaremos nesta seção são oriundos de respostas dadas ao formulário sobre linguagem inclusiva de gênero vinculado ao já mencionado projeto de Iniciação Científica “Representatividade das pessoas de gênero não binário no português brasileiro: invisibilidade social e não existência na língua”. Após aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, o formulário foi compartilhado num grupo do Facebook que tem o mesmo nome da Universidade, Unicamp¹³, cujo intuito é reunir as pessoas que fazem parte da universidade, seja a comunidade interna, com vínculo acadêmico e/ou profissional, ou a comunidade externa, que convive com e na universidade. O questionário era aberto para todas as pessoas que se identificassem como não binárias e composto por sete perguntas e um espaço aberto para comentários livres, conforme segue:

1. Se você fosse explicar o que é o gênero não-binário, como o faria?
2. Ao se identificar como gênero não-binário, você vê a língua como um fator que impõe a escolha de um gênero binário?
3. Você acha que a língua lhe oferece maneiras de se expressar que respeite seu gênero?
4. Percebe-se muitas manifestações e tentativas de retirar o sexismo e binarismo na língua portuguesa, principalmente em redes sociais, com alternativas como uso do "e", "u", etc. No cotidiano e na língua oral, você percebe essas mudanças?
5. Como você se identifica na língua oral: aderindo a uma alternativa de uso não binário ou opta por um dos gêneros binários?
6. Quando você opta pela linguagem não-binária, como as pessoas reagem?
7. Você acha que a língua te reprime, enquanto pessoa do gênero não-binário? Gostaria de adicionar algum comentário sobre esse questionário (sugestões, críticas, tudo é bem-vinde)?

Dado nosso objetivo de observar a produção de reflexão metalinguística, apresentamos os recortes abaixo, selecionados a partir das respostas à terceira pergunta

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/2216190445>. Acesso em: 17 jul. 2024.

do formulário (“Você acha que a língua lhe oferece maneiras de se expressar que respeite seu gênero?”):

R3: Oferece médio, mas muito limitadas e "não naturais" haha É necessário que todos **driblem** a língua pra poder usar um gênero neutro.

R4: Até que tem. Eu evito usar palavras com artigos de gênero ou, na maioria dos casos, substituo o sujeito ou objeto das frases pela palavra "pessoa". Assim o uso do feminino no diálogo é pela palavra pessoa. Não é uma alternativa perfeita. Inclusive, **é uma que exige muitas vezes que se dê várias voltas e rodopios pra se expressar**. Mas é a melhor alternativa que eu encontrei (que se encaixe nas normas da língua portuguesa).

R5: Não, mas parte da comunidade falante e movimentos LGBTQ+ **têm trabalhado para a modificação constante** visando maior inclusão na língua e seus devidos **reconhecimentos oficiais**.

No R3, destacamos a menção a “driblar” a língua. Identificamos nessa menção o funcionamento de um imaginário sobre a língua como algo do qual seja possível escapar, o que remete concomitantemente aos já mencionados esquecimentos nº 1 e nº 2, conforme elaborados por Pêcheux (2009). Se, por um lado, é possível que o sujeito se movimente entre as formulações parafrásticas de sua Formação Discursiva, por outro, não é possível se movimentar no exterior da Formação Discursiva que o domina. Nesse sentido, o “drible” à língua se dá nos limites da Formação Discursiva, que determina, no caso em análise, a própria relação do sujeito com a língua.

Quando da produção de saberes linguísticos cotidianos, a relação com a língua, ainda que constitutiva, pode ser determinada por diferentes compreensões a seu respeito. Nas respostas em geral, foram identificadas diversas compreensões e definições distintas sobre a língua. No R3, além da compreensão de língua como driblável, há também uma menção à percepção de gradação de naturalidade das formas linguísticas, o que remete a uma noção mobilizada teoricamente nas Ciências da Linguagem, dando pistas de articulação elaborada entre os conhecimentos epilinguístico e metalinguístico.

No R4, por sua vez, é possível identificar um conhecimento teórico de diferentes classes gramaticais, que passa por suas nomenclaturas e formas de uso. Assim como no R3, vem à tona uma compreensão de língua driblável, a partir de “várias voltas e rodopios”, necessários para dar conta das “normas da língua portuguesa”. Retomamos a reflexão de Glozman (2021) sobre o retorno de concepções normativas de língua nos discursos que defendem a linguagem inclusiva de gênero: diante da demanda de inclusão

linguística de gêneros não binários, a manutenção das normas da língua portuguesa é indispensável? E quais normas são essas? Uma vez que são necessárias “várias voltas e rodopios”, não haveria um desvio às normas sintáticas e pragmáticas?

Se no R3 identificamos uma gradação de naturalidade, o R4 indica uma gradação de mudanças possíveis: a produção desses saberes linguísticos cotidianos aponta para uma percepção do sujeito de que a sintaxe e a pragmática (implicadas nas paráfrases que alteram sujeito e objeto oracionais a fim de incluir a palavra “pessoa”) seriam mais maleáveis do que a morfologia (implicada quando da utilização de neopronomes, conforme os exemplos apresentados em R1). Nesse sentido, compreendemos que o R4 indica que a reflexão metalinguística é necessária não apenas para reivindicar a legitimidade da linguagem inclusiva de gêneros, mas também para utilizá-la e avaliar intuitivamente quais normas são modificáveis e quais não são.

Finalmente, destacamos do R5 a busca pelos “devidos reconhecimentos oficiais”. Diferentemente dos recortes anteriores, aqui não se trata de adaptar as formas linguísticas já existentes, mas de trabalhar na “modificação constante”, juntamente à demanda por reconhecimentos oficiais. Tal recorte nos remete às disputas, amplamente discutidas nas produções em História das Ideias Linguísticas, referentes à legitimação de conhecimentos e formas linguísticas, produção de instrumentos linguísticos e sua relação com a Formação Social e a ideologia dominante¹⁴. A demanda pelo reconhecimento oficial como uma possível “solução” remete a um imaginário de língua normatizada, que confunde língua e gramática.

A esse respeito, destacamos a distinção proposta por Orlandi (2009) entre língua fluida e língua imaginária. Nas palavras da autora, a língua imaginária seria “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle” (Orlandi, 2009, p. 18), cuja estabilidade está arraigada em regras, fórmulas e sistematizações. Já a língua fluida diz respeito a uma língua em movimento, que desconhece limites e que tem como traço principal a mudança contínua, aquela “que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente” (Orlandi, 2009, p. 18).

¹⁴ A esse respeito, consultar Nunes (2006, 2002).

Nesse sentido, identificamos no R5 um imaginário de língua arraigado à língua imaginária, que preza pela normatização de formas linguísticas não binárias, e remete novamente à reflexão de Glozman (2021) sobre a reprodução de saberes normativistas nas reflexões sobre linguagem inclusiva de gênero. A esse respeito, questionamos: esse reconhecimento, seja ele dado pelo uso institucional de determinadas formas ou pelo registro nos instrumentos linguísticos, seria suficiente para dar conta das demandas de representatividade linguística pleiteadas pela linguagem inclusiva de gênero?¹⁵

Além dos recortes das respostas à pergunta 3, trazemos para análise alguns recortes selecionados das respostas à pergunta 7 (“Você acha que a língua te reprime, enquanto pessoa do gênero não-binário?”), como seguem:

R6: Não necessariamente. Sim porque me força a criar estratégias para me expressar e que em geral não são aceitas fora de um círculo de amizade pequeno, e são atacadas por serem "erradas", me força a ter de escolher um pronome de tratamento quando em ambientes como médicos, bancos etc. Mas ao mesmo tempo não, porque a língua, ao meu ver, não tem culpa, não é a língua que me reprime. Ela foi construída por milhares de anos e milhares de seres humanos, já foi extremamente modificada de sua "forma original" se é que podemos chamar assim, então tenho pra mim que continuar insistindo em estratégias novas e novos pronomes eventualmente vai modificar a língua. A língua é maleável e mutável ainda que as pessoas que a falam sejam menos.

R7: Sim. Se houvessem alternativas não binárias na língua, talvez fôssemos pessoas melhores representadas publicamente. O neutro numa língua expressa a pluralidade de gêneros com os quais uma pessoa pode se identificar, acabando com parte da expectativa de se encaixar num papel pré-definido.

R8: Sim, minha existência não é reconhecida, pois ela sequer é existente na língua. É uma questão bem complexa, pois para que o gênero não-binário seja reconhecido na língua é preciso ter uma grande reformulação da língua portuguesa e não há interesse nisso. Como podemos mudar essa realidade? Acho que para começar a transforma-la é preciso reconhecer e aceitar que as pessoas trans existem, que elas também são humanas e que tem direito a vida como todas as pessoas cis. **É preciso TRANSformar o CISTema.**

Enquanto no R6 há uma recusa a uma possível repressão por parte da língua, contemporizada por uma repressão que se dá pelas pessoas, no R7 e no R8 identificamos o funcionamento de um imaginário de língua que retoma um dos mitos que, de acordo com Fiorin (2013, p. 33), “tentam explicar as origens da linguagem e a diversidade das línguas”. Trata-se do mito adâmico, relacionado a uma explicação criacionista do ser

¹⁵ Em Medeiros e Faria (2022), discute-se como a dicionarização da palavra “presidenta” não silencia a discussão a respeito da flexão de gênero, que traz à tona questões políticas e ideológicas de gênero que não se restringem à legitimidade gramatical.

humano e do Universo. Nessa perspectiva, as denominações dos referentes são atribuídas ao primeiro ser humano, Adão: “À proporção que Adão descobre o mundo, denomina os seres, pois uma coisa só existe na medida em que tem um nome, ou seja, entra no universo da linguagem.” (Fiorin, 2013, p. 35). Ainda que a proposta de linguagem inclusiva de gênero não tenha identificação com o discurso religioso criacionista, os mitos a respeito da linguagem ultrapassam os saberes religiosos e constituem imaginários sobre língua que persistem em algumas reflexões metalinguísticas.

Diante da persistência desse imaginário sobre língua nos saberes linguísticos cotidianos, voltamos nosso olhar para a relação entre palavra e referente a partir das Ciências da Linguagem. É da obra considerada fundadora da Linguística Moderna, o Curso de Linguística Geral, que trazemos a seguinte definição: “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 2012, p. 106). Essa definição vai no sentido contrário a uma concepção de língua como uma nomenclatura, uma lista de palavras correspondendo a referentes determinados. Além disso, a partir dessa definição de signo, Saussure permite compreender que a língua não é uma representação unívoca do mundo, na qual cada item de uma lista de palavras encontraria um referente, mas é ela mesma uma forma de recortar o mundo e viabilizar pensamentos (que, sem a língua, não passariam de uma massa amorfa) que não necessariamente dependem de referentes reais.

Nesse sentido, mencionamos os seguintes excertos dos recortes R7 e R8: “Se houvessem alternativas não binárias na língua, talvez fôssemos pessoas melhores representadas publicamente”; “minha existência não é reconhecida, pois ela sequer é existente na língua”. Ao mesmo tempo em que esses excertos podem retomar um imaginário sobre língua que retoma o mito adâmico, eles podem também ser compreendidos em relação às elaborações de Saussure, especialmente no que se refere à língua como um modo de recortar e organizar o mundo. Diante disso, questionamos: poderíamos esperar uma diferente compreensão das identidades de gênero em línguas cuja marcação gramatical de gênero diferem do binarismo da língua portuguesa? A inclusão em língua portuguesa de formas linguísticas não binárias, conforme pleiteada por parte dos sujeitos não binários, seria suficiente para garantir a representatividade na língua?

Sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, compreendemos que a língua não é transparente, e que os sentidos das formas linguísticas são produzidos e modificados a depender das Formações Discursivas, o que coloca ainda outra questão: a criação de novas formas para marcação linguística de novos sentidos é uma necessidade ou os novos sentidos podem ser associados a formas linguísticas já existentes? Diante dos recortes analisados até o momento, podemos afirmar que as respostas a essas questões não encontram consenso nas reflexões sobre linguagem inclusiva de gênero produzidas por sujeitos não binários, visto que encontramos tanto “voltas e rodopios” que permitam um “encaixe nas normas” quanto a demanda por “uma grande reformulação da língua portuguesa”. Nesse sentido, compreendemos que, assim como acontece nos debates especializados em Ciências da Linguagem, também nos saberes linguísticos cotidianos há espaço para posicionamentos múltiplos e não deterministas, que têm em comum o questionamento sobre as possibilidades de equiparar, de alguma forma, as identidades de gênero às formas linguísticas de marcação de gênero gramatical.

Por fim, apresentamos dois recortes selecionados em resposta ao penúltimo espaço do questionário, no qual havia uma pergunta sobre contribuições espontâneas: “Gostaria de adicionar algum comentário sobre esse questionário (sugestões, críticas, tudo é bem-vinde)?”. Destacamos duas respostas a esse convite que abrem para a reflexão de dois pontos pertinentes para a reflexão aqui desenvolvida: 1) os saberes linguísticos cotidianos produzidos por falantes não especialistas pode trazer diferentes e profícuas perspectivas para as Ciências da Linguagem; e 2) quando se busca construir uma prática científica democrática, atenta e inclusiva, é importante um posicionamento autocrítico para reconhecer como as próprias práticas são atravessadas por estruturas de poder. São os recortes que seguem:

R9: não sei se isso apareceu em algum ponto da sua pesquisa já, mas eu notei uma certa preferência pelo uso do "e" em não do "u" no emprego na neolinguagem por conta do som do "u" lembrar muito o som do "o". e me desculpa por ser essa pessoa chata, de verdade, eu odeio fazer isso, mas nessa última questão você colocou "tudo é bem-vinde", e como não existe "tudo é bem-vinda", não há necessidade do emprego da neolinguagem aqui, embora seja razoavelmente comum ler coisas do tipo. obrigada por fazer essa pesquisa! é realmente muito importante ter esse reconhecimento, essa concessão de legitimidade pela academia para a forma de comunicação que tentamos estabelecer.

R10: Na pergunta 7 eu fiquei confuso com o uso da palavra "du". Tipo, eu sei que não existem normas oficiais pro uso de "e" e "u" na língua, mas se o objeto

é "pessoa" não deveria ser "pessoa de gênero não binário"? Não acho que tem necessidade de mudar ali. O mesmo vale pra "tudo é bem-vinde". O sujeito é tudo, então pode-se dizer "bem vindo". Eu, pessoalmente, acho que só é necessário adaptar quando na frase se refere a uma pessoa não binária. Ex.: Você é bem-vinde. Substituímos por e ou u somente quando a palavra possui flexões nominais. (Mas não sou expert em língua portuguesa então só quis levantar um questionamento) Queria agradecer a pesquisa. É algo muito importante que contribui pra nossa representatividade <3

Enfatizamos, neste ponto, como é fundamental, desde o lugar de pesquisadora, se posicionar como sujeito em aprendizado, evitando assumir uma posição de “dona das respostas corretas”. Pelo contrário: entendemos que o lugar de pesquisadora, especialmente em pesquisas que demandam a participação ativa de sujeitos, deva ser o de propositora de perguntas instigadoras que possam contribuir para esse fazer. Os recortes R9 e R10 apresentam reflexões metalinguísticas que contrariam o conhecimento linguístico da pesquisadora sobre a linguagem inclusiva de gênero, ou, como referida no R9, neolinguagem. A ocorrência dessas correções aponta para um diálogo necessário entre os saberes linguísticos cotidianos e as Ciências da Linguagem, visto que as reflexões metalinguísticas produzidas por não especialistas, a depender do objeto que se analise, podem ser enriquecidas pela experiência pessoal de sujeitos que são muito mais atravessados e afetados por determinadas questões linguísticas do que a própria pesquisadora e articulam esses atravessamento às suas reflexões metalinguísticas, oportunizando diferentes perspectivas para as pesquisas em Ciências da Linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos analisar, desde a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha materialista, articulada à História das Ideias Linguísticas, alguns saberes linguísticos cotidianos produzidos de forma estimulada a respeito de um assunto específico, a linguagem inclusiva de gênero. Da análise dos recortes, compreendemos como a defesa do uso da linguagem inclusiva de gênero mobiliza diferentes saberes linguísticos e imaginários sobre língua, constituindo um amplo arquivo para pesquisas que se voltem à reflexão metalinguística e às relações entre língua e sujeito. Destacamos também que, de modo semelhante às discussões sobre linguagem inclusiva de gênero que

se desenvolvem nas Ciências da Linguagem¹⁶, não há consenso sobre quais saberes linguísticos são aceitos e legitimados, visto que diferentes modos de marcação de gênero não binário (por via da morfologia e da sintaxe, por exemplo) foram elencados nas respostas ao formulário. O que parece delinear uma posição comum é a demanda para que especialistas das Ciências da Linguagem também voltem seu olhar, cada vez mais, para esse assunto que não cessa de produzir efeitos entre ativistas e movimentos sociais.

No Brasil, os estudos discursivos têm progressivamente avançado nesse diálogo, e uma ciência como a Análise do Discurso de linha materialista, que investiga as relações de poder e os atravessamentos ideológicos inscritos em diferentes materialidades, não pode deixar de olhar, de forma desarmada, crítica e curiosa, para as diferentes discussões a respeito da linguagem inclusiva de gêneros. Foi a esse movimento que este artigo procurou se somar como contribuição.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. *Linguagem “neutra”*: língua e gênero em debate. Parábola Editorial, 2022.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005, 5ª edição.
- BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolanguage and “neutral language”: inclusive potentialities and/or conservative reactions. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e523111133741, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.33741. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33741>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, vol. 1, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique. *The Cahiers pour l’Analyse and Contemporary French Thought*. Names/ Antoine Culioli, 1968.

¹⁶ A esse respeito, consultar Barbosa Filho e Othero (2022), livro que compila análises de diferentes vertentes da Linguística sobre o assunto.

FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. *Saberes linguísticos cotidianos*. Porto das Letras, [S.l.], v. 6, n. 5, p. 324–351, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: FIORIN, José Luiz. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, p. 13-43.

GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n. 8, p. 111-138, 2021. Disponível em: http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusio%CC%81n-del-todo_Mara-Glozman.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

MARQUES, Luana Cristina Santos. *Análise de tentativas de (des)legitimidade da linguagem inclusiva de gêneros*. Orientação de Lauro José Siqueira Baldini. Campinas, SP: [s.n.], 2022. TCC. (1 recurso online (60 p.)), il., digital, arquivo PDF. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8128>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. *Fórum linguístico*, v.13, n. 1, p. 1083-1093, jan./mar. 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes/ Fapesp/Faperp, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. (org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. IEL, Unicamp, 1990.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Orgs.). 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

Recebido em: 29/05/2024

Aceito em: 24/07/2024

Laís Virginia Alves Medeiros: Doutora em Linguística (Unicamp), mestra em Estudos da Linguagem (UFRGS), bacharela em Letras-Francês (UFRGS), licenciada em Letras-Português (Claretiano). Integrante do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso e do grupo de trabalho Alhures - Análise de Discurso, Linguagem, História, Urbano e Resistência. Bolsista do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado da Unicamp, desenvolvendo pesquisa em História das Ideias Linguísticas e atuando como docente credenciada no Instituto de Estudos da Linguagem.

Luana Cristina Santos Marques: Mestranda em Linguística (Unicamp), licenciada em Letras (Unicamp) e professora de Língua Portuguesa na rede estadual de São Paulo. Pesquisadora do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso (Unicamp).